



**Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Alfredinho**

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Dep. ALFREDINHO – PT/SP)

Requer a realização de audiência pública para informar a população e debater sobre **“Regulamentação da Lei Paulo Gustavo, Decreto nº 11.525/2023, e sua importância para o cenário cultural do Brasil”**, no âmbito da Comissão de Cultura.

Senhor Presidente:

Nos termos do Artigo 24, Inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização Audiência Pública de forma híbrida para discutir o tema **“Regulamentação da Lei Paulo Gustavo, Decreto nº 11.525/2023, e sua importância para o cenário cultural do Brasil”**, no âmbito da Comissão de Cultura (CCULT).

Para o debate convidamos os seguintes participantes:

- 1) Representante do Ministério da Cultura;**
- 2) Representante do Ministério da Igualdade Racial;**
- 3) Senhora Fernanda Morgani, Conselheira Nacional de Políticas Culturais. E representante da Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN);**
- 4) Senhor Max Maciel, Deputado Distrital;**
- 5) Senhor Genival Oliveira Gonçalves “GOG”, rapper, artista e um dos principais nomes do Hip-Hop Nacional;**
- 6) Senhor Luiz Wilson, o forrozeiro poeta;**
- 7) Senhor Jefferson Santiago, Músico do Movimento Pagode da 27.**





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Alfredinho

Apresentação: 18/05/2023 17:28:17.930 - CCULT

REQ n.25/2023

JUSTIFICAÇÃO

Em 11 de maio de 2023, foi assinado um decreto em Salvador pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, que regulamentou a Lei Paulo Gustavo (Decreto nº 11.525/2023). A regulamentação permitirá que todos os municípios, Estados e o Distrito Federal tenham acesso a um montante de R\$ 3,8 bilhões para investir no setor cultural. A Lei foi criada para ajudar o setor cultural e socorrer os trabalhadores afetados pela pandemia. No entanto, a proposta foi vetada pelo governo anterior e depois adiada. Somente agora, a execução da Lei está garantida.

Do valor a ser disponibilizado, R\$ 2 bilhões serão destinados aos estados e R\$1,8 bilhão aos municípios. A regulamentação da Lei Paulo Gustavo passou pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) em fevereiro para tratar do tema. O GT, composto por representantes das Secretarias e entidades vinculadas da pasta, realizou mais de 90 reuniões e ouviu cerca de 15 mil pessoas. Participaram das escutas a sociedade civil, Secretários estaduais e municipais de Cultura, fóruns e organizações de gestores estaduais e municipais em plenárias, audiências públicas, dentre outros.

A realização da audiência pública sobre o tema “**Regulamentação da Lei Paulo Gustavo, Decreto nº 11.525/2023, e sua importância para o cenário cultural do Brasil**”, se faz indispensável por discutir questões relacionadas à cultura, é uma forma de prestar contas à população e garantir transparência na gestão dos recursos públicos destinados ao setor. Por meio dessas audiências, é possível informar à sociedade sobre como os artistas e trabalhadores da cultura podem se beneficiar das leis e políticas públicas existentes, além de discutir eventuais ajustes e melhorias que possam ser implementados.

Sala da Comissão, em de maio de 2023.



* C D 2 3 3 6 9 3 2 6 2 6 7 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredinho

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236932626700>



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Alfredinho

Deputado Alfredinho
PT/SP

Apresentação: 18/05/2023 17:28:17.930 - CCULT

REQ n.25/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alfredinho
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD236932626700>



* CD 23 69 32 6 2 6 7 0 0 *